

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 533.134 - SP (2019/0274550-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : GUSTAVO GRANOVICZ
ADVOGADO : GUSTAVO GRANOVICZ - SP0293556
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARIA INES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

MARIA INÊS DA SILVA alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** (Apelação Criminal n. 1500424-80.2018.8.26.0569).

A defesa busca, por meio deste *writ*, seja fixado o regime aberto e determinada a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, nos autos do processo em que a paciente foi condenada à reprimenda de 1 ano e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, como incurso no art. 33, *caput* e § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

A liminar foi por mim **deferida**, nos termos da decisão de fls. 202-203, "para assegurar à paciente que aguarde no **regime aberto** o julgamento final deste habeas corpus, se por outro motivo não estiver cumprindo a reprimenda em regime mais gravoso (Processo n. 1500424-80.2018.8.26.0569)".

Diante da suficiente instrução dos autos, foi dispensada a solicitação de informações à autoridade apontada como coatora.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento da impetração, com a concessão de habeas corpus, de ofício, "a fim de que seja abrandado o regime inicial de cumprimento da pena imposta à Paciente e viabilizada a substituição da pena por restritivas de direitos" (fl. 212).

Decido.

A Corte estadual considerou devida a imposição do regime inicial **fechado**, com base nos seguintes argumentos (fls. 15-16):

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, foi fixado o regime inicial aberto para cumprimento da pena corpórea.

Contudo, razão assiste à acusação, visto que, em casos como os dos autos, ainda que praticados na forma privilegiada, a fixação de regime inicial fechado é de suma importância para a prevenção e a repressão do crime de tráfico de drogas em nosso país, o qual vem assumindo uma proporção sem precedentes, além de merecer a conduta do acusado maior repressão por parte do Estado.

Conforme visto, a Corte de origem considerou devida a fixação do regime inicial mais gravoso, com fundamento, tão somente, **na gravidade abstrata do delito e nos malefícios gerados pelo tráfico de drogas à sociedade como um todo**, sem, no entanto, apontar elementos concretos dos autos que, efetivamente, evidenciassem a imprescindibilidade de imposição do regime fechado.

Assim, uma vez que a paciente era tecnicamente primária ao tempo do delito, possuidora de bons antecedentes, teve a pena-base fixada no mínimo legal, foi condenada a reprimenda inferior a 4 anos de reclusão, agraciada com a minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 – a qual visa, justamente, a beneficiar o "traficante ocasional" – e apreendida com pequena quantidade de drogas (**20 g de cocaína**), considero ser devida a imposição do **regime inicial aberto**, nos termos do art. 33, § 2º, "c", e § 3º, do Código Penal.

Pelas mesmas razões anteriormente expostas, não vejo como concluir que a substituição da pena não seja medida socialmente recomendada, *ex vi* do disposto no art. 44, III, do Código Penal, de maneira que deve ser concedido o habeas corpus também para determinar a substituição da reprimenda privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, as quais deverão ser estabelecidas pelo Juízo das Execuções Criminais, à luz das peculiaridades do caso concreto.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **concedo a ordem**, para estabelecer à paciente o regime inicial aberto de cumprimento de pena e determinar a substituição da reprimenda por duas restritivas de direitos, a serem escolhidas pelo Juízo das Execuções Criminais, nos autos da condenação objeto do Processo n. 1500424-80.2018.8.26.0569.

Comunique-se, com urgência, o inteiro teor desta decisão às

Superior Tribunal de Justiça

instâncias ordinárias para as providências cabíveis.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

